TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 32.298 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDER à servidora CECILIA AMORIM DE ALMEIDA MELLO, Auditor de Controle Externo - Economia, matrícula nº 0698130, 30 (trinta) dias de licença prêmio, referente ao triênio de 21-01-1997/2000, nos termos do artigo 98 da Lei nº 5.810/94, no período de 08-05 a 06-06-2017.

Protocolo: 169593

PORTARIA Nº 32.299 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDER à servidora DAISY MARIA BENTES DIAS CARNEIRO, Auditor de Controle Externo - Direito, matrícula nº 0966258, 30 (trinta) dias de licença prêmio, referente ao triênio de 30-07-2010/2013, nos termos do artigo 98 da Lei nº 5.810/94, no período de 02 a 31-05-2017.

Protocolo: 169598

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 32.300, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDER ao servidor TABAJARA HENRIQUE FRAZÃO, Agente Auxiliar de Serviços Administrativos, matrícula nº 0179418, 60 (sessenta) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do artigo 83 da Lei nº 5.810/94, no período de 14-04-2017 a 12-06-2017.

Protocolo: 169600

OUTRAS MATÉRIAS

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 16 março de 2017, tomou as seguintes decisões:

RESOLUÇÃO Nº. 18.890

(Processo nº. 2006/52885-0)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 205/2005 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOIEIRO DO AJURU e a SEPOF

Responsável: Sr. ALCIDES ABREU BARRA, Prefeito à época.

Advogado Dr. Brenda Fernandes Barra OAB/nº. 13.443

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 179, § 3º e 4º inciso II do Ato Regimental nº. 63 de 17 de dezembro de 2012, determinar a reabertura da instrução processual, para que Secretaria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas se manifestem sobre a documentação ora apresentada, na forma e prazos regimentais

RESOLUÇÃO Nº 18.891

(Processo nº 2008/50805-0)

Assunto: Prestação de Contas da LOTERIA DO ESTADO DO PARÁ, referente ao Exercício Financeiro de 2007.

Responsáveis: Sra. CAROLINA PEREIRA DE ARRUDA (01/01 a 19/09/2007) e Sr. MÁRCIO ALFREDO RODRIGUES DE OLIVEIRA (29/09 a 1/12/2007), Diretores Presidentes à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 202 do Regimento do TCU, aplicado de forma subsidiária ao presente julgamento, determinar a citação do responsável para que no prazo improrrogável de quinze dias, comprove o recolhimento da importância de R\$ 1.728,00 (mil setecentos e vinte oito reais) corrigida monetariamente a partir de 31/12/2007.

ACÓRDÃO Nº. 56.515

(Processo nº. 2013/51538-2)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL.

Requerente: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ.

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso I, parágrafo único e 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1- Deferir, em caráter excepcional, o registro do contrato das admissões de servidores temporários firmados entre a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ – WANKES CLEI CARNEIRO FREITAS, RAIMUNDA CAMILA BARROS DE AZEVEDO, RAILSON DA SILVA BARBOSA, EDIVAN CARNEIRO DE SOUZA, ANA PAULA SANTOS DA SILVA, MARIO ANTONIO DA SILVA LISBOA, JAIR PALHETA RODRIGUES, CARLOS ALBERTO QUEIROZ PEREIRA, ELIANE CAROLINA DOS SANTOS QUADROS, ERIKA TORRES DE AZEVEDO, RAIMUNDA DO CARMO MACHADO DA SILVA e ROBERTO GENA DUARTE MOREIRA;

2- Recomendar à SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

DO ESTADO DO PARÁ, para que cumpra os prazos de publicação de contratos de servidores, a qualquer título, no Diário Oficial do Estado, sob pena de incidência de multa regimental.

ACÓRDÃO Nº. 56.516

(Processo nº. 2007/50998-6)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 204/2006 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BUJARU e a SESPA.

Responsável: EMANOEL NAZARENO SOUZA MUNIZ – ex-Prefeito.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas “b” e “d”, c/c os arts. 62, e 82, parágrafo único, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

- Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. EMANOEL NAZARENO SOUZA MUNIZ (CPF: 173.763.272-15), ex-prefeito municipal de Bujaru, à devolução aos cofres públicos estaduais a quantia de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), atualizada a partir de 10/10/2006 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento, e aplicar-lhe a multa de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo dano causado ao Erário estadual.

- Determinar que as entidades convenientes sejam comunicadas acerca da obrigatoriedade de previsão de contrapartida nos Termos de Convênio.

- Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual e a Secretaria da Fazenda Estadual para que, no âmbito de suas competências, adotem as medidas legais que entenderem necessárias, referentes à irregularidade das Notas Fiscais.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento da multa o disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente dos débitos imputados e da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.517

(Processo nº 2010/52183-3)

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Recorrente: RAIMUNDO FREIRE NORONHA - Ex-Prefeito do Município de Santo Antônio do Tauá.

Advogado: Dr. FRANCISCO CANINDÉ MIRANDA DE VASCONCELOS-OAB/PA nº 6634

Decisão Recorrida: Acórdão nº 47.665, de 03.08.2010.

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizador da Decisão: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. RAIMUNDO FREIRE NORONHA, ex-Prefeito Municipal de Santo Antônio do Tauá, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo todos os termos do Acórdão recorrido

ACÓRDÃO Nº. 56.518

(Processo nº. 2010/52879-6)

Assunto: RECURSO DE REVISÃO

Recorrente: EVELISE DO SOCORRO ALVES DO NASCIMENTO – ex-Coordenadora do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. “Maria Gabriela Ramos de Oliveira”.

Recorrido: Acórdão nº. 47.433, de 10-06-2010.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Impedimento: Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes (art. 178 do RITCE/PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 53, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993 e art. 83, inciso VIII da Lei Complementar nº. 81 de 26 de abril de 2012:

1-Conhecer do Recurso de Revisão interposto pela Sra. EVELISE DO SOCORRO ALVES DO NASCIMENTO, ex-Coordenadora do Conselho Escolar da E.E.E.F.M. “Maria Gabriela Ramos de Oliveira”, e dar-lhe provimento para considerar as contas regulares;

2-Aplicar a senhora Guilhermina dos Santos Januário, responsável pelo encaminhamento da prestação de contas, CPF: 109.401.032-49, multa de R\$ 847,00 (oitocentos e quarenta e sete reais) pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida na forma como dispõem a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE;

O valor supracitado deverá ser recolhido no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado. Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.519

(Processo nº. 2015/50525-5)

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO.

Recorrente: Sr. OTI SILVA SANTOS - Prefeito à época do Município de Belterra.

Advogado: Dra. MÁRCIA BIANCA MACAMBIRA SANTOS – OAB/PA: 12.018

Decisão Recorrida: Acórdão nº. 54.256, de 04/12/2014.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no

art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. OTI SILVA SANTOS, Prefeito à época do Município de Belterra e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão recorrida.

ACÓRDÃO Nº. 56.520

(Processo nº. 2015/51073-2)

Assunto: PEDIDO DE RESCISÃO

Recorrente: ALMIR SILVA DA CUNHA – ex-Presidente do Instituto Viva Amazônia.

Advogado: Dr. Luiz Fernando Guarácio da Luz, OAB/PA nº 3163.

Recorrido: Acórdão nº. 54.275, de 09-12-2014.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do Relator, com fundamento no arts. 264, §4º e 273, do Ato 63 de 17 de dezembro de 2012, não conhecer do Pedido de Rescisão interposto pelo Sr. ALMIR SILVA DA CUNHA – ex-Presidente do Instituto Viva Amazônia, determinando seu arquivamento

Protocolo: 169276

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 1

Exercício: 2017

Data de assinatura: 01/02/2017

Vigência: 09/08/2016 a 08/08/2017

Justificativa: Alteração da Razão Social da contratada Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S. A. para Seguros Sura S. A., aprovada pela PORTARIA Nº 36, de 2/08/2016-SUSEP, publicada na página 31, Seção 1, DOU de 04/08/2016.

Pregão Eletrônico Nº 05/2016

Contrato: 27

Exercício: 2016

Orçamento:

Programa de Trabalho – 01.122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa – 33.90.39.00

Fonte do Recurso - 0101

Origem do Recurso - Estadual

Endereço: Av. das Nações Unidas, 12.995 – 4º Andar – Bairro:

Brooklin Novo – São Paulo/ SP, CEP: 04.578-000

Telefone: (31) 3073-7300 / 99931-1277

Ordenador: Felipe Rosa Cruz

Protocolo: 169298

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 1

Exercício: 2017

Data de assinatura: 25/04/2017

Vigência: 25/04/2017 a 24/07/2017

Justificativa: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Dispensa de licitação, Artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93

Contrato: 23

Exercício: 2016

Orçamento:

Programa de Trabalho – 01.122.1442.8515.0000

Natureza da Despesa – 33.90.39.00

Fonte do Recurso - 0101

Origem do Recurso – Estadual

TARIFA	VALOR
Crédito em Conta	R\$ 0,00
Crédito em Conta Única	R\$ 0,00
Crédito em Poupança	R\$ 0,00
Fornecimento de Cartão Eletrônico	R\$ 0,00
Pagamento Eletrônico de Salários	R\$ 0,00
Liberação de Arquivos de Pagamentos p/ Banco	R\$ 106,50
Tarifa emissão de 1º via do cartão salário	R\$ 0,00
Crédito em Outro Banco TED/DOC	R\$ 8,20
Pagamento Por Contra Recibo On-Line	Serv. Em Desativação

Contratado: Banco do Brasil S. A. (CNPJ nº 00.000.000/4445-88)

Endereço: município de Belém, Av. Presidente Vargas, Nº 248, 3º Andar, Bairro Comércio. CEP: 66.010-900 email: tonsilva@bb.com.br Tel.: (91) 3216-4721 / 3216-4700 / 99116-4574

Fiscal do Contrato: Josué Costa Corrêa

Suplente: Evandro Guimarães Ribeiro

Telefone: (91) 3216-4721 / 3216-4700 / 99116-4574

Ordenador: Felipe Rosa Cruz

Protocolo: 169529